

MATERIALIDADE E RISCO, OS EFEITOS DA CRISE DE 2008

Jorge Tiago Segurado Canete Ramalho
Master in Accounting
ISCTE – IUL

Cláudio António Figueiredo Pais
ISCTE – IUL, UNID – IUL
Accounting Department

Area temática: a) Information Financeira y Normalización Contable

Palavras-chave: auditoria, crise, materialidade e risco.

MATERIALIDADE E RISCO, OS EFEITOS DA CRISE DE 2008

Resumo

O objetivo do estudo é conhecer o efeito da crise financeira de 2008 na determinação da materialidade e na análise do risco em auditoria, permitindo conhecer os indicadores e os fatores mais utilizados. A materialidade é analisada em termos quantitativos e qualitativos, ao nível do planeamento e da execução de auditoria. As alterações de escolha por parte dos auditores referente ao risco inerente, de controlo e aceitável também foram analisados. Confirma-se que na determinação de materialidade são utilizadas medidas quantitativas e qualitativas, e que os auditores usam fatores de risco inerente e controlo nas suas análises. Existe evidência que a materialidade e o risco sofreram alterações em consequência da crise financeira de 2008, mais especificamente no aumento de fatores quanto à materialidade qualitativa, no risco inerente e de controlo. Não se encontraram alterações nos fatores e indicadores usados antes e depois da crise mas sim em termos de valor dos índices.

1. INTRODUÇÃO

A crise financeira de 2008 tem causado grandes alterações no mundo, com países, empresas, pessoas, instituições, moedas a sofrerem as suas consequências, com Portugal a enquadrar-se nesse cenário. Os auditores são peça fundamental na credibilidade das demonstrações financeiros das empresas.¹ A materialidade e o risco são essenciais no processo de auditoria, e na sua análise é essencial perceber e ter em atenção todo o ambiente interno e externo da empresa auditada, e assim, perceber quais as alterações provocadas pela crise de 2008 na auditoria às contas.

Este estudo pretende mostrar quais as alterações que os auditores fizeram face à crise de 2008, na materialidade qualitativa e quantitativa, e no risco. Na materialidade qualitativa o estudo foca-se em descobrir as mudanças nos fatores utilizados e saber quais são os mais importantes para a conceção da materialidade, ou seja, perceber se existiu maior utilização de fatores após a crise e quais os mais relevantes para a auditoria. Quantitativamente averiguar-se-á em média, a escolha por parte dos auditores do seu indicador de referência e o respetivo índice, ao nível do planeamento e da execução entre os períodos antes e depois de 2008. Pretende também identificar-se se os índices baixaram e possíveis modificações nos indicadores de referência. Relativamente ao risco analisam-se quais os fatores de escolha que os auditores na sua análise sobre o risco inerente, de controlo, aceitável e de distorção material tiveram no âmbito da crise e conhecer as alterações provocadas pela crise, concretamente se existiu aumento de fatores e alterações na escolha dos mesmos. Conclui-se que a crise financeira de 2008 afetou a determinação da materialidade e risco em Portugal, que os auditores utilizam nas suas avaliações fatores quantitativos e qualitativos de materialidade, bem como incluem o risco inerente e de controlo nas suas auditorias às contas.

Após esta introdução a segunda seção apresenta uma breve análise das normas de auditoria de materialidade e risco (International Standards on Auditing (ISA)) e os estudos relacionados. A terceira seção é onde se apresenta a metodologia usada. Na quarta seção é onde são apresentados os resultados. Na quinta e última seção são apresentados as conclusões do estudo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A materialidade é aplicada pelo auditor tanto no planeamento como na execução da auditoria e na avaliação do efeito de distorções identificadas na auditoria e de distorções não corrigidas, se existirem, nas demonstrações financeiras (ISA 200). Em geral, as distorções, incluindo omissões, são consideradas materiais se, individualmente ou em agregado, se puder razoavelmente supor que influenciem as decisões económicas tomadas pelos utentes com base nas demonstrações financeiras (ISA 200). Os julgamentos acerca da materialidade são feitos à luz das circunstâncias em presença e são afetados pela perceção do auditor no que respeita às necessidades de informação financeira dos utentes das demonstrações financeiras e pela dimensão ou natureza de uma distorção, ou por uma combinação de ambas (ISA 200). A opinião do auditor diz respeito às demonstrações financeiras como um todo, pelo que o auditor não é responsável pela deteção de distorções que não sejam materiais (ISA 200). Referindo a ISA 320 a determinação da materialidade envolve o exercício de julgamento profissional. Muitas vezes, o ponto de partida na determinação da materialidade para as demonstrações financeiras como um todo passa pela aplicação de uma percentagem sobre um indicador de referência escolhido. Os fatores que podem afetar a identificação

¹ Considerou-se auditores, que podem incluir os auditores certificados em Portugal designados de Revisores Oficiais de Contas (ROC).

de um indicador de referência apropriado incluem: (a) os elementos das demonstrações financeiras; (b) a eventual existência de itens nos quais os utentes das demonstrações financeiras de uma entidade em particular tendam a concentrar a sua atenção; (c) a natureza da entidade, em que posição se encontra no seu ciclo de vida e o sector de atividade e ambiente económico em que opera; (d) a estrutura de propriedade da entidade e a forma como é financiada; (e) a volatilidade relativa do indicador de referência.

A ISA 320 faz referência a indicadores de referência que podem ser apropriados, dependendo das circunstâncias da entidade: o resultado antes de impostos relativo a operações em continuação é muitas vezes usado pelas entidades com fins lucrativos; volume de negócios ou total de rendimentos para resultados que revelem grandes oscilações ao longo dos períodos; total do ativo para capitais próprios muito reduzidos; e capital próprio quando os resultados forem pouco expressivos, havendo riscos de solvabilidade e liquidez. De acordo com a ISA 320 a materialidade determinada no planeamento da auditoria não estabelece necessariamente uma quantia abaixo da qual as distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, serão sempre consideradas imateriais; aliás o planeamento não é uma fase isolada de uma auditoria, mas sim um processo contínuo e iterativo que começa frequentemente logo após (ou associado com) a conclusão da anterior auditoria e continua até à conclusão do trabalho de auditoria corrente (ISA 300). Pela ISA 320 a determinação da materialidade de execução não é um simples cálculo mecânico e envolve o exercício de julgamento profissional. Essa determinação é afetada: pelo conhecimento que o auditor tem da entidade, atualizado durante a execução dos procedimentos de avaliação do risco; e pela natureza e extensão das distorções identificadas em auditorias anteriores e, portanto, pelas suas expectativas em relação a distorções no período corrente. A materialidade para as demonstrações financeiras como um todo (e, se aplicável, o nível ou níveis de materialidade para classes particulares de transações, saldos de contas ou divulgações) poderá ter de ser revista em consequência de uma alteração nas circunstâncias ocorrida durante a auditoria, de novas informações ou de uma alteração do conhecimento que o auditor tem da entidade e das suas operações em consequência da execução de procedimentos de auditoria adicionais (ISA 320). Para melhorar a auditoria a ISA 600 exige que o auditor defina quantidades de componentes individuais de materialidade de grupo, ou seja, permite auditorias com componentes separados e assim determinar o esforço do trabalho de auditoria para cada componente, esta deve ser inferior ao nível de materialidade para as demonstrações financeiras do grupo como um todo e não precisa ser uma porção aritmética.

O termo materialidade é usado em dois contextos em auditoria, o primeiro diz respeito à noção mais conhecida de grandeza e relaciona-se com grandes itens que são materiais para as demonstrações financeiras, enquanto o segundo contexto é a noção do nível de materialidade agregada ou acumulada para que o trabalho de auditoria seja realizado, com diversos saldos de contas e atribuindo níveis separados de acordo com o seu risco e custo para auditoria (Graham & Messier, 2006). Na materialidade agregada Stewart e Kinney (2013) concluíram que valores muito altos expõem os investidores a riscos inaceitáveis de distorções agregadas materialmente distorcidas nas demonstrações financeiras do grupo, enquanto quantidades muito baixas implicam custos de auditoria excessiva. Assim a componente materialidade tem consequências importantes para os auditores e utilizadores das demonstrações financeiras. Os julgamentos de materialidade refletem considerações tanto quantitativas como qualitativas, e também podem divergir quanto ao peso de cada fator quantitativo, qualitativo, recebe quando são formadas avaliações de materialidade e tomada de decisões de correção de erros (Acito, Burks & Johnson, 2009). Existe evidência de que os limiares de relevância do auditores relativamente à materialidade qualitativa podem influenciá-los a emitir um relatório de

auditoria qualificado (Bu-peow & Tan, 2007). Apesar da materialidade não ser um simples

cálculo, mas devido á análise qualitativa ser muito complexa, quase todos usam estimativas quantitativas para identificar potenciais erros materiais (Vorhies, 2005). Os auditores acreditam que o uso efetivo de fatores de qualitativos de materialidade iria prejudicar o relacionamento do auditor com o cliente e aumentaria o risco de perder a empresa como um cliente (Corte, García & Laviada, 2010).

Em linguagem comum, é de que quanto maior o valor da materialidade melhor, mas quanto maior o nível de materialidade mais fraca é a auditoria, uma vez que os limites de detecção são maiores (Houghton, 2011). No entanto, no caso de menor nível de materialidade mais conservadora e mais cara será a auditoria (Graham & Messier, 2006). Derivado do conservadorismo dos auditores aumenta a incerteza da materialidade, o custo esperado de falha de auditoria é grande relativamente à extensão dos procedimentos de auditoria (Patterson & Smith, 2003). Porém reduzir a materialidade (ao tentar executar uma auditoria mais precisa) pode ou não aumentar na verdade a eficácia da auditoria que, dependendo da natureza e evidências reunidas de distorção, o risco de auditoria obtido aumentar, em vez de diminuir (Budescu, Peecher & Solomon, 2012). Segundo Hayes *et al.* (2005) existe uma relação inversa entre a materialidade e o nível do risco de auditoria, ou seja, quanto maior for o nível de materialidade, menor será o risco de auditoria.

Gestores e *controllers* têm um limiar médio de materialidade de 7% do resultado líquido, enquanto os auditores têm um limiar de materialidade média de 9,18%; O limiar de materialidade tende a descer passados alguns anos em média para 4,32% do resultado líquido (Vance, 2011). O estudo anterior também verifica que os limiares de materialidade variam entre 0,44% e 54,64%, com uma média geral de 8,52%, sobre as decisões materiais 66,7% relataram um limiar de materialidade acima do muito discutido "regra de ouro" da 5% do resultado líquido. No de Asare e Wright (2012) a percentagem do resultado líquido médio que acredita que os auditores devem usar para determinar a materialidade é de 6.10%, mas por Plumlee e Yohn (2010) tem tendência a descer derivado a ter encontrado evidência de que a proporção de reajustes com efeitos assinados no resultado líquido que excedam 5%, diminuem ao longo do período de quatro anos. Hayes, Dassen, Schilder e Wallace (2005) indicam que os principais fatores que o auditor deve analisar na materialidade para as demonstrações financeiras são: a natureza, o tamanho e a composição; suscetibilidade de perdas devido a erros ou fraudes, volume, complexidade e homogeneidade das transações individuais processada; probabilidade de passivos contingentes significativos; existência de transações com partes relacionadas e alterações no meio período.

Estudos divergem relativamente á correção de erros, pois Nelson, Smith e Palmrose (2005) sugerem que se houver uma distorção material, os auditores requerem que o ajuste seja normalizado independentemente de qualquer abordagem, bem como Keune e Johnstone (2012) que defende que os auditores são menos propensos a permitir que gestores renunciem a distorções relevantes tanto qualitativa como quantitativamente com o aumento honorários de auditoria, de modo a proteger a sua reputação e advertências dos reguladores e outros utilizadores. Já Hatfield, Jackson e Vandervelde (2011) referem que os auditores podem procurar proteger a sua própria identidade, optando previamente por não corrigir ou desistir dos ajustamentos de auditoria imateriais que têm crescido ao longo do tempo em maiores ajustes materiais quantitativos ou qualitativos, porem esta renúncia a ajustes de auditoria deve ser criteriosa pois pode gerar consequências adversas em períodos subsequentes.

A finalidade de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos destinatários das demonstrações financeiras. Isto é conseguido pela expressão de uma opinião do auditor sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável (ISA 200). O julgamento profissional deve ser exercido ao longo da auditoria e também deve ser apropriadamente documentado. A ISA 200 diz que para se obter garantia razoável de fiabilidade, o auditor deve obter prova de auditoria suficiente e apropriada para reduzir o risco de auditoria para um nível aceitavelmente baixo e, assim, permitir ao auditor extrair conclusões razoáveis que sirvam de base para a sua opinião. O risco de auditoria significa o risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inapropriada quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas (ISA 320). O risco de deteção (risco de que os procedimentos do auditor para reduzir o risco de auditoria não detetem uma distorção que possa ser material) depende diretamente do risco de auditoria aceitável e inversamente do risco de controlo (ocorrência de uma distorção que não possa ser corrigida pelo controlo interno) e inerente (susceptibilidade de uma asserção poder ter uma distorção material antes dos controlos).

Os fatores de risco afetam a extensão da revisão e a sua qualidade, conforme aumente o risco do cliente (Trotman & Gibbins, 2002), aliás os auditores conseguem identificar e vincular as suas análises de risco de negócios, através de diversas identidades e níveis de processo (Kochetova-Kozloski, Kozloski & Messier, 2013). Os resultados do estudo mostram que os auditores utilizam nas suas avaliações de risco, o risco inerente e risco de controlo, fatores gerais e específicos, possuindo mesmo entre eles uma correlação positiva (Messier & Austen, 2000).

Wielligh (2004) criou uma base sólida de fatores que criam impacto no risco inerente, esses indicadores são a: natureza do ativo, passivo ou transação; histórico de erros; complexidade de transações; grau de julgamento envolvido; transações não rotineiras; risco de fraude; materialidade e exposição à volatilidade dos fatores económicos. Porém auditores que identificaram riscos de negócios mais significativos na auditoria, obtiveram avaliações superiores no risco de distorção materialmente relevante (Kochetova-Kozloski *et al.*, 2013). No estudo anterior Kochetova-Kozloski *et al.* (2013) afirma que parte dessa causa pode ser identificada por alguns auditores presumirem um nível de eficácia de controlo esperado ao avaliar o risco inerente e assim Miller *et al.* (2012) mostra poderem aumentar o risco distorção material em resposta às deficiências de controlo interno. Mas essas mudanças no risco inerente e risco controlo estão associadas principalmente com as empresas onde existem algumas dúvidas na fase de planeamento (Blay *et al.*, 2007), para isso defendem o uso de risco distorção material que faz um trabalho adequado para caracterizar riscos elevados e gerais para a auditoria na fase do planeamento. Taylor (2000) indica que a especialização da indústria é uma variável importante para complementar a tarefa de planeamento de auditoria nas avaliações de risco, que pode ser explicado por os auditores utilizarem o conhecimento da indústria na avaliação de riscos e julgamentos materialidade, esse conhecimento é adquirido através de experiência na indústria (Iskandar, 1996). Os auditores devem também considerar a interação entre a intensidade de informações empresariais e o risco de deficiências de controlo no planeamento da auditoria, na realização de trabalho de campo e gestão de risco global de auditoria (Marshall, Smith, & Armstrong, 2006). Ao nível do processo de auditoria os auditores que identificaram riscos empresariais mais significativos obtiveram avaliações superiores no risco de distorção (Kochetova-Kozloski *et al.*, 2013).

3. HIPÓTESES E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Este estudo tem como objetivo principal conhecer as consequências provocadas pela crise financeira de 2008 na tomada de decisão dos auditores quanto à materialidade e risco, uma vez que é importante no processo de auditoria, a obtenção de segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão isentas de erros materiais e assim temos as seguintes hipóteses:

H1: Houve aumentos na quantidade de fatores utilizados ao nível da materialidade qualitativa derivada da crise 2008.

H0: a média do de fatores qualitativos de materialidade antes de 2008 é igual á média dos fatores qualitativos de materialidade depois de 2008.

Ha: a média dos fatores qualitativos de materialidade antes de 2008 é diferente em relação á média dos fatores qualitativos de materialidade depois de 2008

H2: A crise financeira alterou os índices de materialidade, quer ao nível do planeamento e da execução da auditoria.

H3: A crise financeira de 2008 alterou o nível de risco inerente, controlo e aceitável.

H0: A média de fatores de risco antes da crise é igual á média de utilização depois de crise 2008.

Ha: A média de fatores de risco antes da crise é diferente á média de utilização depois de crise 2008.

O método de pesquisa inseriu-se essencialmente em revisão de literatura e investigação por questionário, tendo este sido desenvolvido com base na revisão da literatura, sendo a estrutura do questionário: (a) uma parte com informação genérica (composição da população, nomeadamente o género e o os anos de experiência dos inqueridos); (b) uma segunda parte com questões acerca da materialidade qualitativa e quantitativa, com questões idênticas sobre os fatores, indicadores e índices utilizados diferenciando-os antes e após a crise financeira de 2008; (c) uma terceira parte com questões acerca do risco inerente, de controlo e aceitável sobre os principais fatores utilizados antes e após a crise financeira de 2008. A análise do estudo estatisticamente é com base em estatística descritiva e não-paramétrica. Derivado a ser uma mostra pequena, efetua-se o teste de Shapiro-Wilk para averiguar a sua distribuição, tendo sido o teste negativo e assim não cumpre os pressupostos de distribuição normal e conseqüentemente a sua independência, e devido a ser inferior a 30, também não é possível invocar o teorema do limite central. O teste não-paramétrico de Wilcoxon será o mais correto na sua comparação de amostras, porque não requer os pressupostos do teste paramétrico *t* para duas amostras.

4. AMOSTRA E RESULTADOS

A amostra do estudo é de 104 auditores (num universo de 1 288) tendo-se recebido 18 respostas o que corresponde a 17 por cento. Na Tabela 1 apresenta-se o género dos inqueridos que é constituída maioritariamente pelo sexo masculino (72,2 por cento) e o resto do género feminino (27,8 por cento). Na Tabela 2 apresenta-se a experiência dos inqueridos em função dos anos de experiência, o que nos mostra que os inquiridos possuem uma grande experiência profissional (83,3 por cento tem mais de 10 anos de experiência).

Tabela 1 Género dos inqueridos

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Masculino	13	72,2	72,2	72,2
Feminino	5	27,8	27,8	100
Total	18	100	100	

Tabela 2 Experiência dos inqueridos

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
5 - 10	3	16,7	16,7	16,7
11 - 15	4	22,2	22,2	38,9
16 - 20	4	22,2	22,2	61,1
> 20	7	38,9	38,9	100
Total	18	100	100	

Na Tabela 3 apresenta-se a estatística descritiva para a quantidade de fatores qualitativos da materialidade enquanto na Tabela 4 a sua relação entre depois e antes da crise financeira de 2008. Por estas tabelas conclui-se que há mais fatores qualitativos após a crise financeira de 2008 do que antes (a média passou de 2,78 para 3, conforme Tabela 3 e o número de fatores positivos aumentou em 4, conforme Tabela 4) o que é também confirmado pela Tabela 5 (teste de Wilcoxon de -2 (*p-value* de 0,023)).

Tabela 3: Estatística descritiva de quantidade fatores qualitativos

	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Percentil 25º	Percentil 50º	Percentil 75º
Quantidade de fatores qualitativos antes de 2008	18	2,78	1,353	1	5	1,75	3	3,25
Quantidade de fatores qualitativos depois de 2008	18	3	1,455	1	5	1,75	3	4

Tabela 4: Número de fatores qualitativos de materialidade depois de 2008 comparando com antes de 2008

	N	Média das quantidades de fatores	Soma das quantidades dos fatores
Fatores negativos	0	0	0
Fatores positivos	4	2,5	10
Igualdade	14		
Total	18		

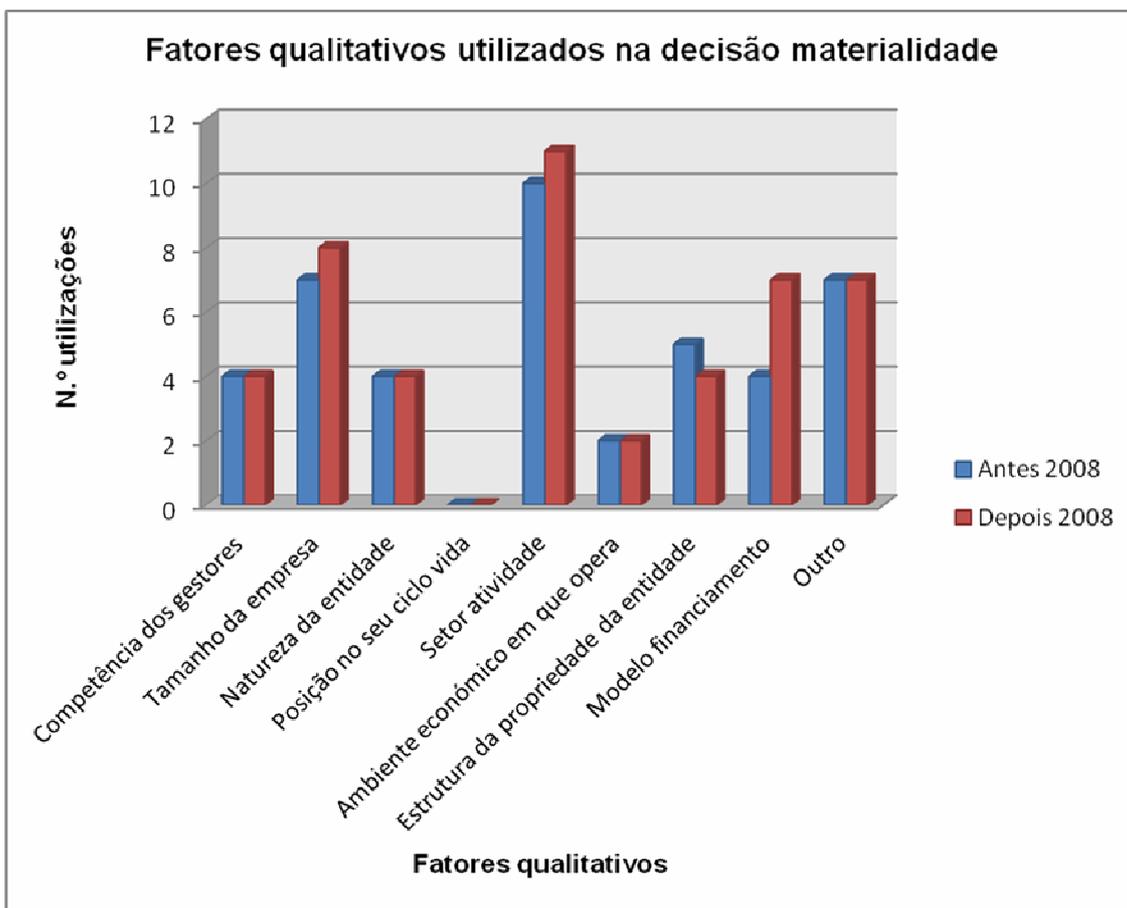
Tabela 5: Teste estatístico de Wilcoxon à materialidade qualitativa

	Diferença dos fatores qualitativos entre o depois e antes de 2008
Z	-2
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,046
Exact Sig. (2-tailed)	0,125
Exact Sig. (1-tailed)	0,063
Ponto probabilidade	0,063

Foram utilizados mais fatores qualitativos na decisão da materialidade após 2008, com aumentos nos fatores setor atividade, tamanho de empresa e modelo de financiamento,

com este ultimo a apresentar maior subida depois da crise. Foi evidenciado que todos os auditores utilizam fatores qualitativos na sua auditoria, com o setor de atividade a ser o principal fator de qualidade. Relativamente aos outros fatores, estes foram: *stakeholders*, risco inerente e de controlo, confiança no controlo interno, conhecimentos do cliente e riscos diversos (Figura 1).

Figura 1 Fatores qualitativos na decisão da materialidade



Na Tabela 6 apresentam-se os indicadores e índices de materialidade usados pelos auditores antes e após 2008, concluindo-se que na generalidade não houve modificações nos índices de materialidade, contudo na especificidade 28 por cento dos auditores baixaram o seu índice de materialidade. Também se verifica que não houve grandes alterações no indicador usado pelos auditores para a materialidade, contudo o mais usado é o total de ativo e a maioria indicou que utiliza valores abaixo de 2%. Na Tabela 7 apresentam-se os indicadores e índices de materialidade mas agora na execução, notando-se que o total de vendas e prestação de serviços bem como o resultado antes de impostos apresentam valores superiores comparado com o período anterior à crise financeira de 2008, porém a execução da materialidade, não mostra valores superiores ao da fase de planeamento da auditoria. Foram 20 por cento dos inqueridos que modificaram a sua análise na fase de execução entre os dois períodos. Há ainda a apontar que 37,5 por cento dos inqueridos trocaram de indicador de materialidade qualitativa entre a fase de planeamento e a fase de execução. Conclui-se então que os auditores utilizam fatores qualitativos e quantitativos na determinação da materialidade.

Tabela 6: Indicadores e índices materialidade no planeamento antes e depois da crise

Indicador quantitativo (planeamento)	Antes 2008	Depois 2008
Total vendas e prestação de serviços	< 5%	< 5%

Resultado antes impostos	5% - 15%	5% - 15%
Rédito	2% - 5%	2% - 5%
Total ativo	<5%	< 5%
Total capital próprio	5% - 10%	5% - 10%
Outros	2% - 5%	2% - 5%

Tabela 7: Indicadores e índices materialidade na execução antes e depois da crise

Indicador quantitativo (execução)	Antes 2008	Índice depois 2008
Total vendas e prestação de serviços	< 2%	< 5%
Resultado antes impostos	2% - 10 %	2% - 15%
Rédito	2% - 5 %	-
Total ativo	< 5%	< 5%
Misto de indicadores	2% - 15%	2% - 5%

Na Tabela 3 apresenta-se a estatística descritiva para a quantidade de fatores qualitativos da materialidade enquanto na Tabela 4 a sua relação entre depois e antes da crise financeira de 2008. Por estas tabelas conclui-se que há mais fatores qualitativos após a crise financeira de 2008 do que antes (a média passou de 2,78 para 3, conforme Tabela 3 e o número de fatores positivos aumentou em 4, conforme Tabela 4) o que é também confirmado pela Tabela 5 (teste de Wilcoxon de -2 (*p-value* de 0,023)).

Na tabela 8 apresenta-se a estatística descritiva para a quantidade de fatores de risco enquanto na Tabela 9 a sua relação entre depois e antes da crise financeira de 2008. Existem evidências estatísticas que comprovam que existiram alterações ao nível do risco de auditoria provocados pela crise, nomeadamente quanto ao risco inerente (Wilcoxon de -2,3(3) (*p-value* de 0,010)) e quanto ao risco de controlo (Wilcoxon de -2,23 (*p-value* de 0,013)), o mesmo não acontecendo com o risco aceitável (Wilcoxon de -1,64 (*p-value* de 0,051)).

Na hipótese 3, analisam-se os principais fatores utilizados na determinação dos fatores de risco inerente, de controlo e aceitável, bem como se após 2008 sofreu algum impacto.

Tabela 8: Estatística descritiva do número de fatores de risco

	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Percentil 25º	Percentil 50º	Percentil 75º
N.º fatores risco inerente antes 2008	18	3	1,68	1	7	2	2	4
N.º fatores risco controlo antes 2008	18	3,17	1,249	1	5	2	3	4
N.º fatores risco aceitável antes 2008	16	2,38	1,025	1	4	2	2	3
N.º fatores risco inerente depois 2008	18	3,39	1,65	1	7	2	3	4
N.º fatores risco controlo depois 2008	18	3,83	1,79	1	8	2	4	5
N.º fatores risco aceitável depois 2008	16	2,94	1,237	1	5	2	3	4

Tabela 9: Número de fatores de risco inerente depois de 2008 comparando com antes de 2008

	N	Média das quantidades de fatores	Soma das quantidades dos fatores
Fatores negativos	0	0	0
Fatores positivos	6	3,5	21
Igualdade	12		
Total	18		

Tabela 10: Número de fatores de risco de controlo depois de 2008 comparando com antes de 2008

	N	Média das quantidades de fatores	Soma das quantidades dos fatores
Fatores negativos	0	0	0
Fatores positivos	6	3,5	21
Igualdade	12		
Total	18		

Tabela 11 Número de fatores de risco aceitável depois de 2008 comparando com antes de 2008

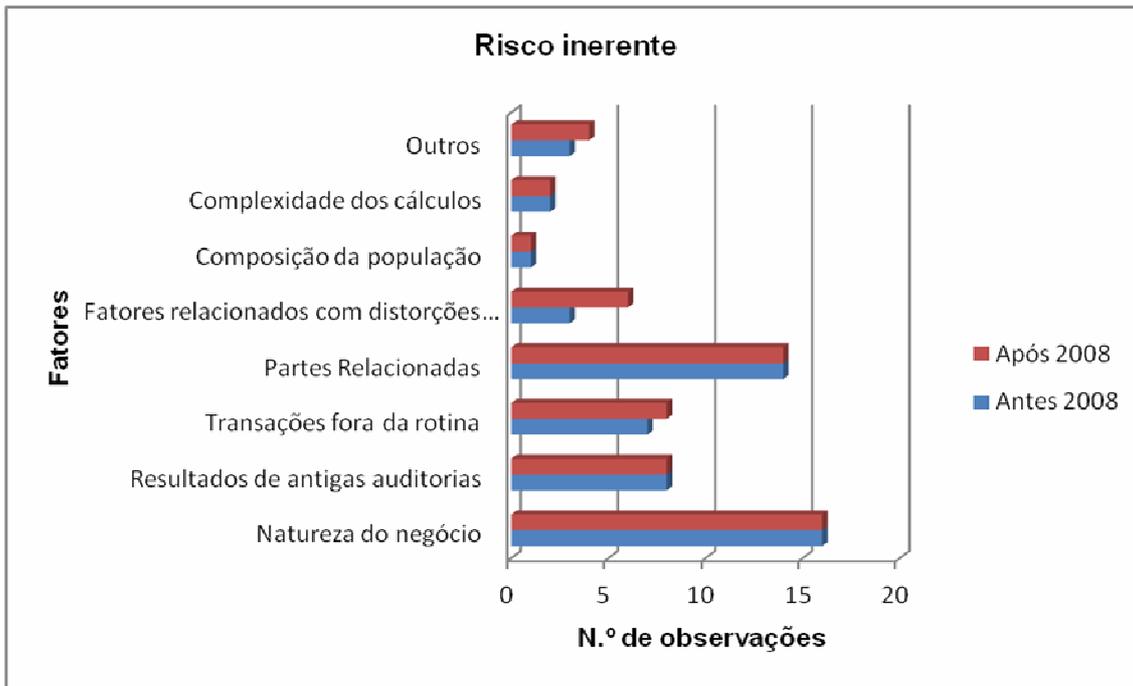
	N	Média das quantidades de fatores	Soma das quantidades dos fatores
Fatores negativos	1	4,5	4,5
Fatores positivos	6	3,92	23,5
Igualdade	9		
Total	16		

Tabela 12: Teste estatístico de Wilcoxon à materialidade qualitativa

	N.º fatores risco inerente depois 2008	N.º fatores risco controlo depois 2008	N.º fatores risco aceitável depois 2008
Z	-2,333	-2,226	-1,638
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,020	0,026	0,101
Exact Sig. (2-tailed)	0,031	0,031	0,125
Exact Sig. (1-tailed)	0,016	0,016	0,063
Ponto probabilidade	0,016	0,016	0,031

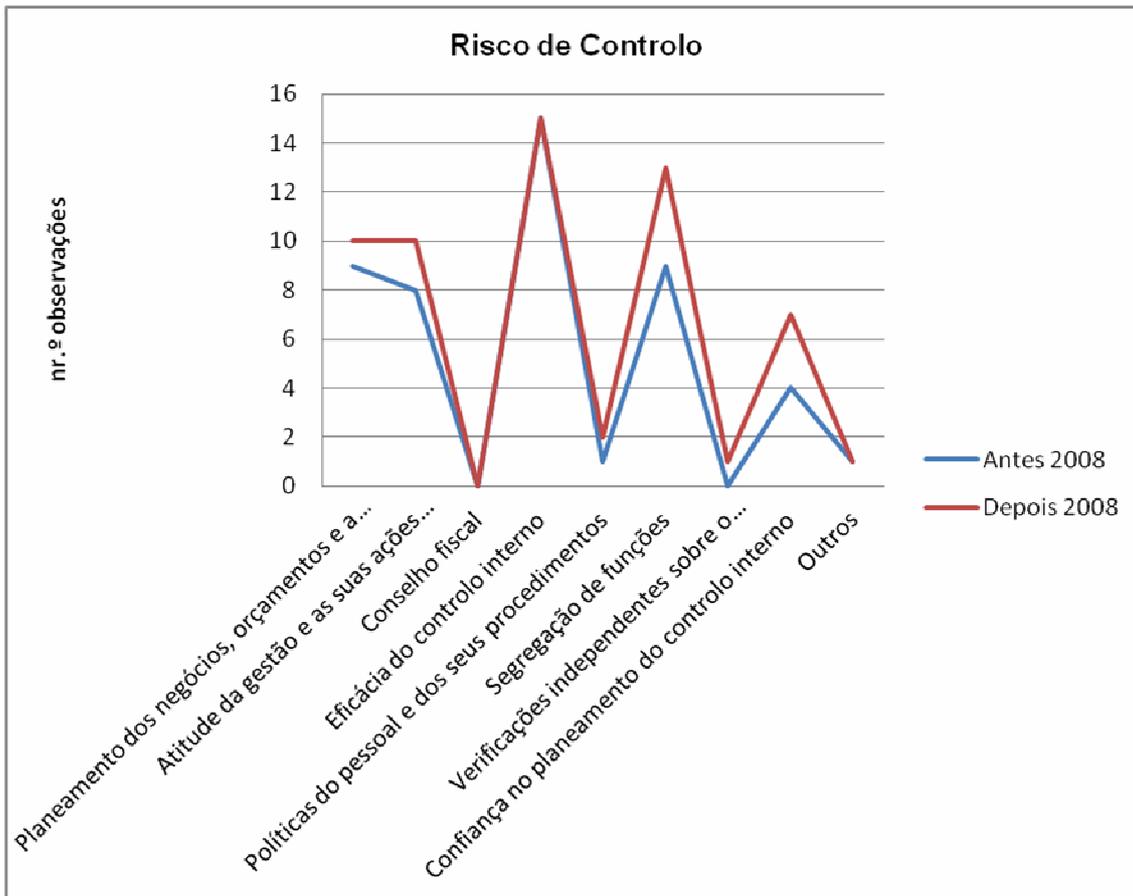
Como se pode verificar pela Figura 2 não existiu alterações nos principais fatores de risco inerente, com a natureza de negócio e as partes relacionadas a manterem o mesmo número de observações quer antes e após 2008. Contudo nem tudo ficou igual, com os fatores relacionados com distorções decorrente de relatórios financeiros fraudulentos a serem mais analisados após a crise.

Figura 2 Fatores de risco inerente



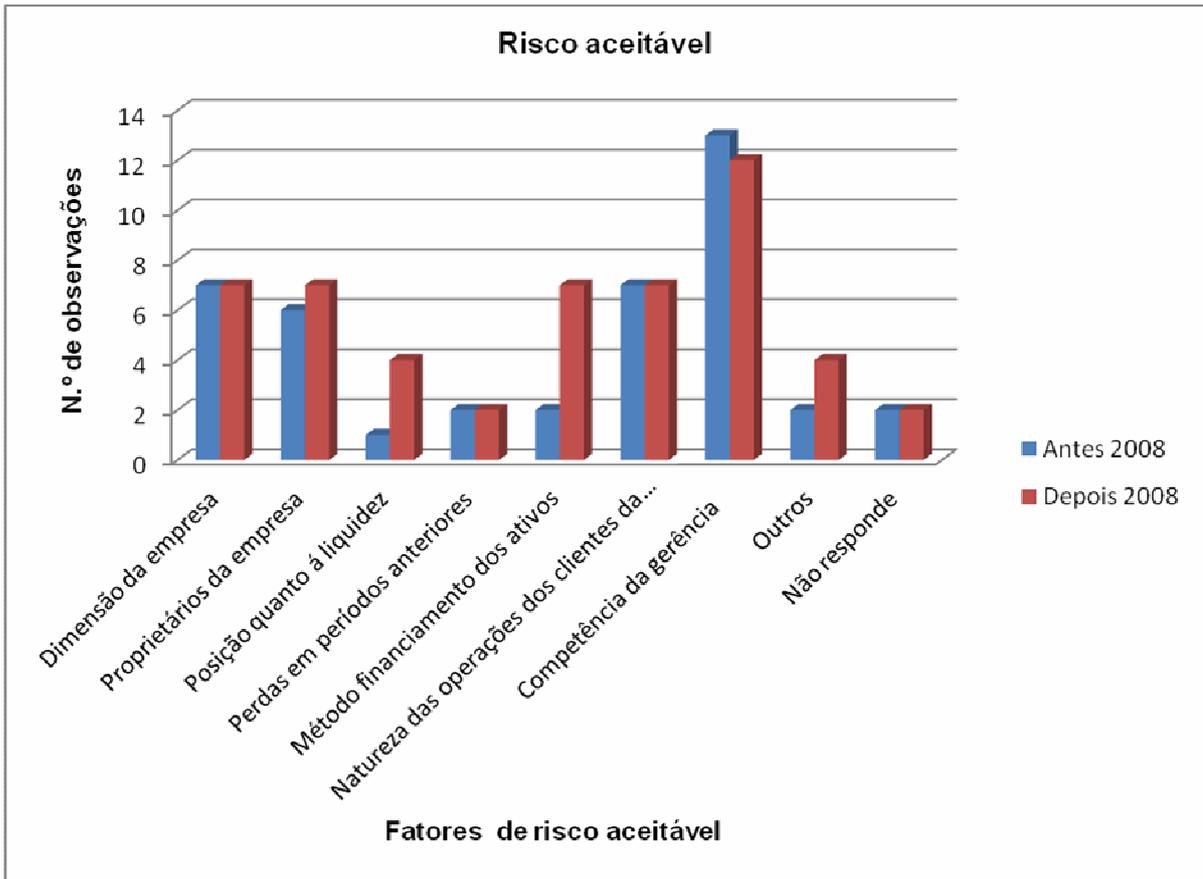
No risco de controlo (ver Figura 3) os resultados mostram que o depois de 2008 existiu um aumento do risco de controlo, especialmente na segregação de funções, na confiança no planeamento do controlo interno, e na atitude da gestão e as suas ações relativamente aos relatórios financeiros. Há a apontar a elevada utilização por parte dos auditores, a eficácia do controlo interno, notando-se que é um fator com regularidade e de extrema importância.

Figura 3 Fatores de risco de controlo utilizados em auditoria



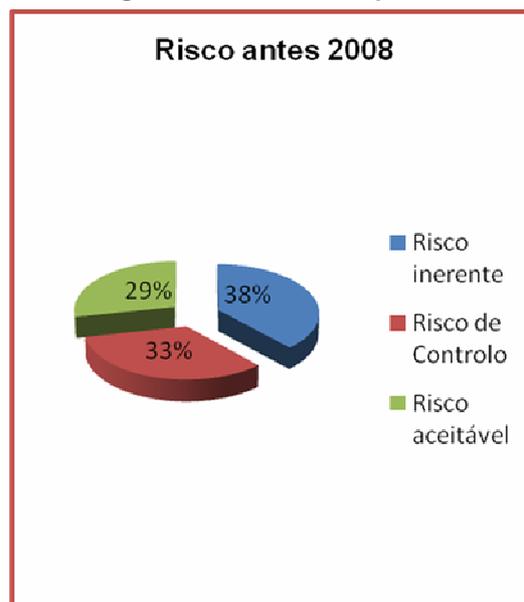
Na Figura 4 podemos verificar, tal como no risco de controlo, que o risco aceitável também sofreu um aumento de riscos analisados depois de 2008. Os principais riscos aceitáveis de auditoria antes de 2008 eram a dimensão da empresa, proprietários da empresa, natureza das operações dos clientes da empresa auditada e a competência da gerência. Já após a crise, os mesmos fatores mantiveram-se como os mais importantes junto com o método de financiamento dos ativos, que apresentou uma subida estrondosa na escolha dos auditores. Mas esta subida abrupta dos métodos de financiamento dos ativos não foi a única, também a posição quanto à liquidez passou a ser mais analisada.

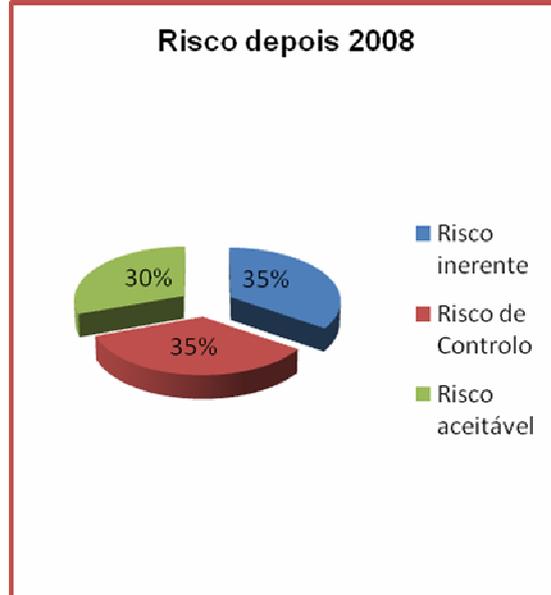
Figura 4 Fatores de risco aceitável antes e depois da crise



A utilização do risco também sofreu alterações pela crise, com as circunstâncias a dizerem-nos que os auditores antes de 2008 dedicavam 38 por cento ao risco inerente, e posteriormente o risco de controlo e o risco aceitável. Mas, se compararmos com após 2008, observamos que o risco de controlo ganha peso na decisão dos auditores, igualando o mesmo número de fatores utilizados, também a análise ao risco aceitável notou um aumento com a crise financeira.

Figura 5 Risco antes e após 2008





A confirmar tudo o que já foi estudado e observado, houve alterações no risco após a crise financeira de 2008, com a análise a mais fatores de riscos, tanto quantitativamente com qualitativamente (ver Tabela 13).

Tabela 13 Número de fatores de riscos totais escolhidos

Risco	Antes 2008	Depois 2008
Inerente	54	59
Controlo	47	59
Aceitável	40	52
Total	141	170

6. CONCLUSÕES

As práticas em auditoria, especificamente na determinação e análise da materialidade e o risco, foram estudados de modo a conhecer os métodos dos auditores em Portugal, visando também saber de que modo a crise financeira de 2008 alterou com essas mesmas práticas. Conclui-se que existiram alterações ao nível da materialidade e do risco. Na materialidade quantitativa, verificou-se que existiu em parte diminuições ao nível do índice de materialidade tanto no planeamento como na execução, apesar de continuarem a ser utilizados os mesmos indicadores de referência, com o total de ativo a ser o que foi mais escolhido pelos auditores. Quanto à materialidade qualitativa existem evidências que houve alterações após a crise financeira de 2008, aumentando o número de fatores, e há a salientar a utilização de fatores qualitativos e quantitativos na determinação da materialidade de auditoria como em Acito *et al.* (2009). Quanto ao risco, podemos afirmar que existem evidências de alterações após 2008 dos fatores que influenciam o risco inerente e de controlo. Há a dizer que a natureza do negócio e as partes relacionadas (risco inerente), eficácia do controlo interno e segregações de funções (risco controlo) e competência da gerência (risco aceitável), foram os fatores mais utilizados ao nível do risco. Foram mostradas evidências como em Messier e Austen (2000) que os auditores usam fatores de risco inerente e de controlo na sua análise.

Este estudo tem como principal inovação o estudo dos efeitos da crise financeira de 2008 na tomada de decisão dos auditores relativamente ao risco e á materialidade, bem como conhecer quais os indicadores e fatores utilizados na sua auditoria.

7. REFERÊNCIAS

- Acito, A., Burks, J. & Johnson, W. (2009). Materiality decisions and the correction of accounting errors. *Accounting Review*, 84(3), 659- 688.
- Asare, S. & Wright, A. (2012). Investors', auditors', and lenders' understanding of the message conveyed by the standard audit report on the financial statements. *Accounting Horizons*, 26(2),193–217.
- Arens, A., Elder, R. & Beasley, M. (2005). *Auditing and assurance services: an integrated approach* (10.^a edição), New Jersey: Pearson Prentice Hall.
- Ball, R. 2009. Market and political/regulatory perspectives on the recent accounting scandals. *Journal of Accounting Research*, 47, 277-323.
- Blay, A., Sneathen, L. & Kizirian, T. (2007). The effects of fraud and going-concern risk on auditors' assessments of the risk of material misstatement and resulting audit procedures. *International Journal of Auditing*, 11(3):149-163.
- Budescu, D., Peecher, M. & Solomon, I. (2012). The joint influence of the extent and nature of audit evidence, materiality thresholds, and misstatement type on achieved audit risk. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 31(2), 19–42.
- Bu-peow T. & Tan, H. (2007). Effects of qualitative factor salience, expressed client concern, and qualitative materiality thresholds on auditors' audit adjustment decisions. *Contemporary Accounting Research*, 24(4), 1171-1192.
- Cassell, A., Drake, M. & Rasmussen, S. (2011). Short interest as a signal of audit risk. *Contemporary Accounting Research*, 28(4), 1278-1297.
- Christensen, B., Glover, S. & Wood, D. (2012). Extreme estimation uncertainty in fair value estimates: implications for audit assurance. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 31(1), 127-146.
- Corte, J., García, F. & Laviada, A. (2010). Effective use of qualitative materiality factors: evidence from Spain. *Managerial Auditing Journal*, 25(5), 458-483.
- Gold, A., Hunton, J. & Goma, M. (2009). The Impact of client and auditor gender on auditors' judgments. *Accounting Horizons*, 23(1), 1-18.
- Graham, L. & Messier, W. (2006). Audit risk and materiality in conducting an audit. *Journal of Accountancy*, 201(5), 116-125.
- Hammerskey, J., Johstone & K., Kadous, K. (2011). How do audit seniors respond to heightened fraud risk?. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 30(3), 81-102.
- Hardies, K., Breesch, D. & Branson, J. (2010). Are female auditors still women? Analyzing the sex differences affecting audit quality. SSRN.
- Hatfield, R., Jackson, S. & Vandervelde, S. (2011). The Effects of Prior Auditor Involvement and Client Pressure on Proposed Audit Adjustments. *Behavioral Research in Accounting*, 23(2), 117–130.
- Hayes, R., Dassen, R., Schilder, A. & Wallace, P. (2005). *Principles of auditing: an introduction to international standards on auditing.* (2.^a edição), UK: Prentice Hall.
- Houghton, K., Jubb, C. & Kend, M. (2011). Materiality in the context of audit: the real expectations gap. *Managerial Auditing Journal*, 26(6), 482-500.
- International Federation of Accountants (IFAC) (2004), *International Standards on Auditing*, 200 Overall objectives of the independent auditor and the conduct of an audit in accordance with International Standards on Auditing, New York.
- International Federation of Accountants (IFAC) (2004), *International Standards on Auditing*, 300 Planning an audit of financial statements, New York.
- International Federation of Accountants (IFAC) (2004), *International Standards on Auditing*, 315 Identifying and assessing the risks of material misstatement through understanding the entity and its environment, New York.

International Federation of Accountants (IFAC) (2004), *International Standards on Auditing*, 320 *Materiality in planning and performing an audit*, New York.

International Federation of Accountants (IFAC) (2009), *International Standards on Auditing*, 600 *Audits of group financial statements (including the work of component auditors)*, New York.

Iskandar, T. (1996). Industry type: a factor in materiality judgments and risk assessments. *Managerial Auditing Journal*, 11(3), 4-10.

Kochetova-Kozloski, N., Kozloski, T. & Messier, W. (2013). Auditor business process analysis and linkages among auditor risk judgements. SSRN.

Keune, M. & Johnstone, K. (2012). Materiality Judgments and the resolution of detected misstatements: the role of managers, auditors, and audit committees. *Accounting Review*, 87(5), 1641–1677.

Lai, K. (2005). Do succeeding auditors to Arthur Andersen after the financial scandals report more conservatively? SSRN. 1-29.

Marshall, R., Smith, M. & Armstrong, R. (2006). The impact of audit risk, materiality and severity on ethical decision making an analysis of the perceptions of tax agents in Australia. *Managerial Auditing Journal*, 21(5), 497-519.

Messier, W. & Austen, L. (2000). Inherent risk and control risk assessments: evidence on the effect of pervasive and specific risk factors. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 19(2), 119-132.

Messier, W., Martinov-Bennie, N. & Eilifsen, A. (2005). A review and integration of empirical research on materiality: two decades later. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 24(2), 153-187.

Miller, T., Cipriano, M. & Ramsay, R. (2012). Do auditors assess inherent risk as if there are no controls? *Managerial Auditing Journal*, 27(5), 448-461.

Nelson, M., Smith, S. & Palmrose, Z. (2005). The effect of quantitative materiality approach on auditors' adjustment decisions. *The Accounting Review*, 80(3), 897-920.

Ojo, M. (2009). The role of the IASB and auditing standards in the aftermath of the 2008/2009 financial crisis. *European Law Journal*, 16(5), 604-623.

Patterson, E. & Smith, R. (2003). Materiality uncertainty and earnings misstatement. *The Accounting Review*, 78(3), 819-846.

Plumlee, M. & Yohn, T. (2010). An analysis of the underlying causes attributed to restatements. *Accounting Horizons*, 24(1), 41-64.

Stewart, T. & Kinney, W. (2013). Group audits, group-level controls, and component materiality: how much auditing is enough?. *The Accounting Review*, 88(2): 707-737.

Taylor, M. (2000). The effects of industry specialization on auditors' inherent risk assessments and confidence judgments. *Contemporary Accounting Research*, 17(4), 693-712.

Trotman, K. & Gibbins, M. (2002). Audit review: managers' interpersonal expectations and conduct of the review. *Contemporary Accounting Research*, 19(3), 411-444.

Vance, D. (2011). A meta-analysis of empirical materiality studies. *Journal of Applied Business Research*, 27(5), 53-72.

Vorhies, J. (2005). The new importance of materiality: CPAs can use this familiar concept to identify key control exceptions. *Journal of Accountancy*, 199(5), 53- 59.

Wielligh, S. (2004). High inherent risk elements in financial statements of listed South African long-term insurers. *Meditari Accountancy Research*, 12(1), 195–217.

